

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

FORMANDO PROFESSORES

Ângela Maria de Souza Luz

E. E. Pe. José Epifânio Gonçalves:
“uma escola do campo se faz
também na cidade”

Belo Horizonte, agosto de 2023



L979f

Luz, Ângela Maria de Souza, 1974-
Formando professores [recurso eletrônico] / Ângela Maria de Souza Luz. --
Belo Horizonte : UFMG / FaE, 2023.
38 p. : enc, il., color.

[Recurso Educacional produzido em conjunto com a dissertação de mestrado da autora, com o título: Representações sociais de professores(as) sobre estudantes que moram no campo [manuscrito] : um estudo a partir da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçal / Ângela Maria de Souza Luz. – Belo Horizonte, 2023. – 171 f. enc, il., color. – Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. -- Orientadora: Maria Isabel Antunes-Rocha.]

Bibliografia: p. 36-37.

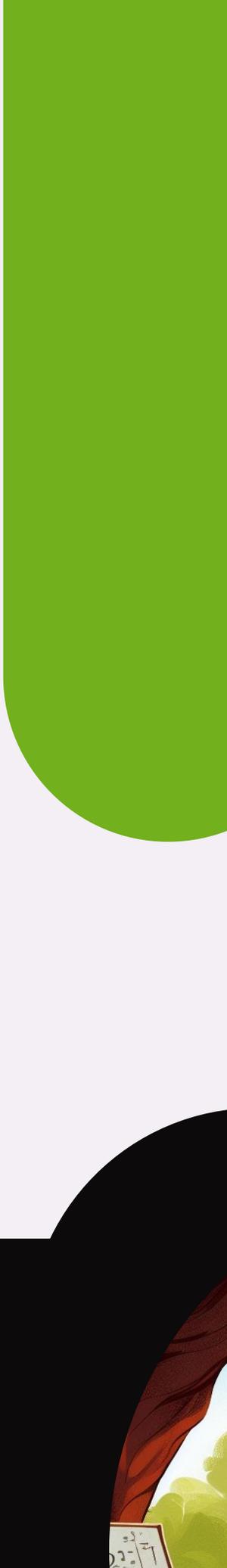
1. Educação. 2. Educação rural. 3. Representações sociais. 4. Professores -
- Formação. 5. Estudantes.

I. Título. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19346

SUMÁRIO

Apresentação	02
O que é educação do campo?	03
Princípios da educação do campo	06
1º) Protagonismo dos sujeitos do campo	07
2º) Escola do campo: escola de direitos	08
3º) Projeto de escola vinculado a um projeto de campo	09
Estratégias para implantação da educação do campo	11
E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves: escola do campo?	14
De onde vêm os estudantes camponeses atendidos na E.E.P.J.E.G.?	15
Representações dos professores sobre os estudantes camponeses	25
Referências bibliográficas	36



APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal. Sou a professora Ângela e quero te apresentar esta cartilha que traz algumas informações sobre a **Educação do Campo e as especificidades de uma Escola do Campo**, hoje realidade da Escola Padre Epifânio, em Barra Longa – MG. Também trago **os resultados da pesquisa de mestrado (PROMESTRE – FaE/UFMG)** que teve como objetivo analisar as representações dos professores frente as mudanças ocorridas nesta instituição de ensino.

Esta cartilha foi desenvolvida para que vocês, profissionais da EEPJEG, possam entender, em um primeiro momento, **o que é a Educação do Campo e as particularidades dessa modalidade de ensino**. A intenção com esta produção é que a cartilha possa ser utilizada na formação de professores, com o objetivo de incluir a temática da Educação do Campo e o ser Escola do Campo no PPP da escola. Acreditamos que este trabalho possa **contribuir para melhoria no atendimento aos estudantes que moram no campo e estudam numa escola urbana**.

Assim, é muito importante que leiam com atenção esta cartilha!

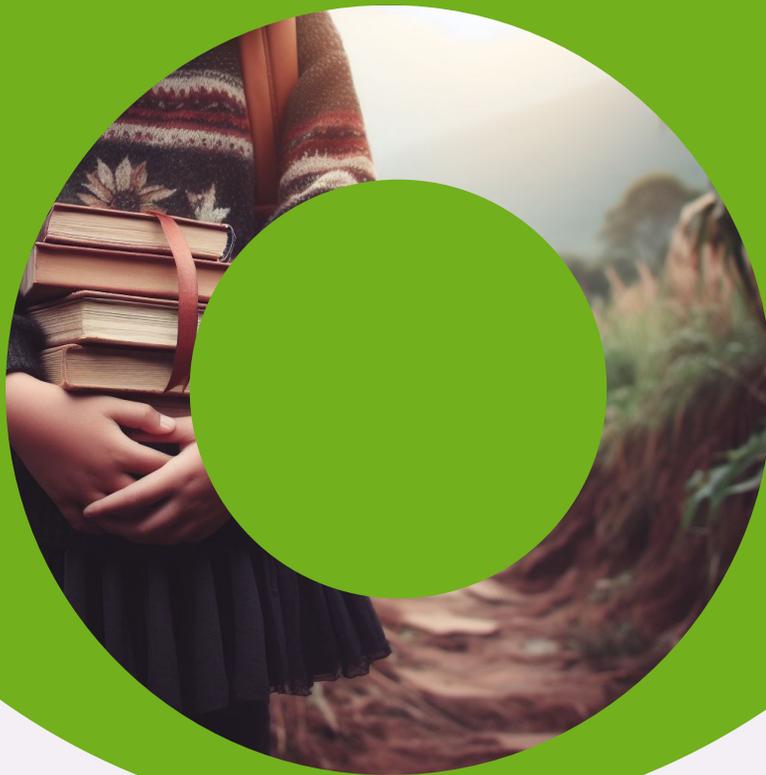
Boa leitura!



O QUE É A Educação do campo?

Por muito tempo, o direito a uma educação de qualidade às pessoas do campo fora negado, já que as metodologias ou marginalizavam-nas ou estavam vinculadas ao mundo urbano, ignorando as especificidades do povo campesino. As políticas de educação para o campo usaram, como parâmetros, os modelos de projetos educacionais dos centros urbanos, buscando promover a educação e evidenciar que campo e cidade faziam parte de uma mesma realidade. Porém, dessa imposição, resultou numa “pseudo-educação do campo”.

O surgimento da proposta da Educação do Campo trouxe a valorização dos sujeitos, de seus saberes, com ensinamentos adequados à sua realidade e necessidade, tendo o processo de escolarização características específicas aos povos campesinos. Há que se destacar que a institucionalização da Educação do Campo é uma dívida histórica com a população campesina, apesar de, ainda hoje, presenciarmos em nossa sociedade a retirada de crianças e adolescentes de seus espaços, de suas comunidades e serem levadas para escolas da cidade.





Por este e outros motivos, nas discussões sobre a educação do campo, os movimentos sociais ganharam destaque ao protestarem contra o descaso público com o povo do campo. Estes movimentos buscaram promover a igualdade de oportunidades, na educação básica, aos sujeitos do campo. Não uma educação adaptada, mas uma educação pensada para estes sujeitos, que respeite a especificidade da Educação do Campo e a diversidade de seus sujeitos, o que é reforçado por Arroyo (2011) quando diz que

“O movimento social no campo representa uma nova consciência do direito a terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação. O conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres do campo realizam, os riscos que assumem, mostra o quanto se reconhecem sujeitos de direitos”.

(ARROYO, 2011, p.73)

Com as pressões das lutas e dos movimentos, por uma educação que atendesse às especificidades do campo, foi necessária a criação de políticas públicas voltadas para as escolas do campo cujos projetos estariam vinculados a um projeto de campo. Nesse sentido, as propostas políticas para a Educação do campo são necessárias, pois o campo precisa estar fortalecido; o campo, as escolas do campo e as populações do campo de forma integrada. Isso implica em formação inicial e continuada como necessidades sociais do campo; formação para a diversidade do conhecimento.



Assim, a Educação do Campo é voltada para a especificidade das pessoas do campo; é pautada na luta dos sujeitos em busca dos direitos à educação que atenda às suas necessidades, e isso se fortalece quando se busca amparo nos princípios que abrangem a formação humana, como também a valorização dos diversos saberes no processo educativo, o respeito aos espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem. Entende-se que ela não é apenas escolarização; é formação dos sujeitos que compõem a sociedade; é uma educação da vida que deve acontecer no contexto da temporalidade destes sujeitos.



Ou seja, o estudante do campo tem a possibilidade de aprender tanto na escola quanto em suas vivências no campo.

É nesse sentido que, para atender adequadamente aos estudantes do campo, é necessário criar condições para que ocorra uma aprendizagem significativa e se cumpra “o pleno desenvolvimento do educando” (LDB 9394/96, art. 2º).

PRINCÍPIOS DA Educação do campo

A Educação do Campo abarca uma proposta específica de educação e sociedade. Ela pauta a escola e a formação humana com princípios que a embasam e a diferenciam de outras propostas de educação existentes. Tais princípios se somam, complementam-se, dando consistência a esta proposta de educação diferenciada e que visa o enraizamento de direitos das populações do campo. Conforme os estudos, observa-se que, dentre estes princípios, três se destacam: **o protagonismo dos sujeitos do campo, a escola de direito e o projeto de escola vinculado a um projeto de campo.**



1º) PROTAGONISMO DOS Sujeitos do campo

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que têm o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser **no** e do campo. Assim, a proposta da educação do campo é que os povos campesinos construam ou participem da construção do que é realmente importante para eles, como por exemplo, que a proposta pedagógica das escolas do campo seja construída em parceria com a comunidade como um todo. Trata-se de uma educação **dos** e não **para** os sujeitos do campo, feita, sim, através de políticas públicas, mas construídas pelos próprios sujeitos que vivem no campo.

Dessa forma, os sujeitos do campo, sendo protagonistas de suas histórias, buscam uma concepção de educação diferenciada que contemple suas especificidades. Lutam por uma educação que garanta a participação democrática dos alunos, famílias e comunidades na elaboração, organização e execução das propostas pedagógicas e administrativas da escola, assumindo, assim, sua condição de sujeitos de direitos que precisam ter garantido o direito a uma educação de qualidade.

Apesar de se falar sobre o caráter diferenciado, o currículo, as metodologias e a organização escolar que devem ser adequados às necessidades dos estudantes que moram no campo, entende-se que esta adaptação, muitas vezes, não é pensada quando uma escola urbana atende a estudantes do campo. Estes não exercem o seu protagonismo, uma vez que não lhes é dada a oportunidade de escolha, de participar da organização escolar que deveria ser voltada para atender às suas especificidades, aos seus interesses. Isso pode contribuir para a falta de perspectiva de vida dos estudantes campesinos e influenciar no seu interesse e permanência na escola.



2º) ESCOLA DO CAMPO

Escola de direitos

Ao pensar na escola como direito, deve-se pensar a educação a partir da realidade do campo e para o campo. Na escola do campo, o sujeito se apropria de conhecimentos científicos, das novas relações entre o mundo e a ciência e o mundo da vida cotidiana. É onde se amplia o conhecimento sobre a interdependência campo-cidade. Além disso, é também espaço de convívio e de encontros onde acontecem festas, reuniões, vacinações, bazares, celebrações religiosas e demais eventos e atividades culturais e tradicionais ao campo. A escola precisa estar atrelada a tudo que acontece dentro e fora dela. Uma escola que vincule educação às questões sociais específicas da realidade do campo, questões estas voltadas para a transformação social. Daí, a necessidade de uma escola do campo que trabalhe as questões sociais inerentes à cultura, aos valores e à luta do/no campo.

Nesse sentido, a escola do campo como escola de direito é aquela que proporciona a participação dos sujeitos do campo em sua prática pedagógica. Aquela que integra seu currículo aos saberes e fazeres dos sujeitos do campo. Aquela que considera a cultura, as necessidades, as produções, as potencialidades existentes no campo, nas comunidades atendidas, como possibilidades pedagógicas e as transforma em parte de seu currículo, promovendo o sentimento de pertencimento dos seus sujeitos ao espaço escolar que vai além das edificações da escola.

3º) PROJETO DE ESCOLA Vinculado a um projeto de campo

Para Arroyo (2011), existe uma “cultura hegemônica que trata os valores, as crenças, os saberes do campo ou de maneira romantizada ou depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos.” O que se percebe é que o modelo de educação básica existente quer impor ao campo currículos, saberes e valores incorporados à escola urbana, como se o campo com sua cultura, seus valores, seus sujeitos pertencessem a um passado e pudessem ser esquecidos e superados. Querem impor a adaptação das propostas, da escola, dos currículos, dos calendários, enfim, dos sujeitos do campo ao modelo urbano-industrial moderno.



Esse autor diz que “pensar a proposta de educação básica do campo supõe superar a visão homogeneizadora e depreciativa e avançar para uma visão positiva”, entendendo que existem matrizes que são próprias do campo e que fazem parte da história da emancipação humana, do grande processo civilizatório que passou pelo campo e está se perdendo.

Ao compreender o contexto de como é a Educação do Campo, sua organização e sua concepção, também é preciso discuti-la como política pública que deve respeitar todas as formas e modalidades de educação que se orientam pela existência do campo como espaço que é, ao mesmo tempo, produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que faz do campo um espaço diferente, novo, e não um espaço reduzido, atrasado e sem cultura, como se pensava e até mesmo aparecia nos documentos oficiais do passado.

Dessa forma, a Educação do Campo vem reafirmar uma concepção de educação numa perspectiva emancipatória, que esteja vinculada a um projeto histórico de lutas e de construção social e humana. Entende-se, também, que ao conhecer mais de perto o contexto da Educação do Campo, de como são desenvolvidos seus trabalhos, suas realidades, alicerçamos nas reflexões relacionadas à educação pública brasileira e, principalmente, nas concepções inerentes às escolas do e no campo.

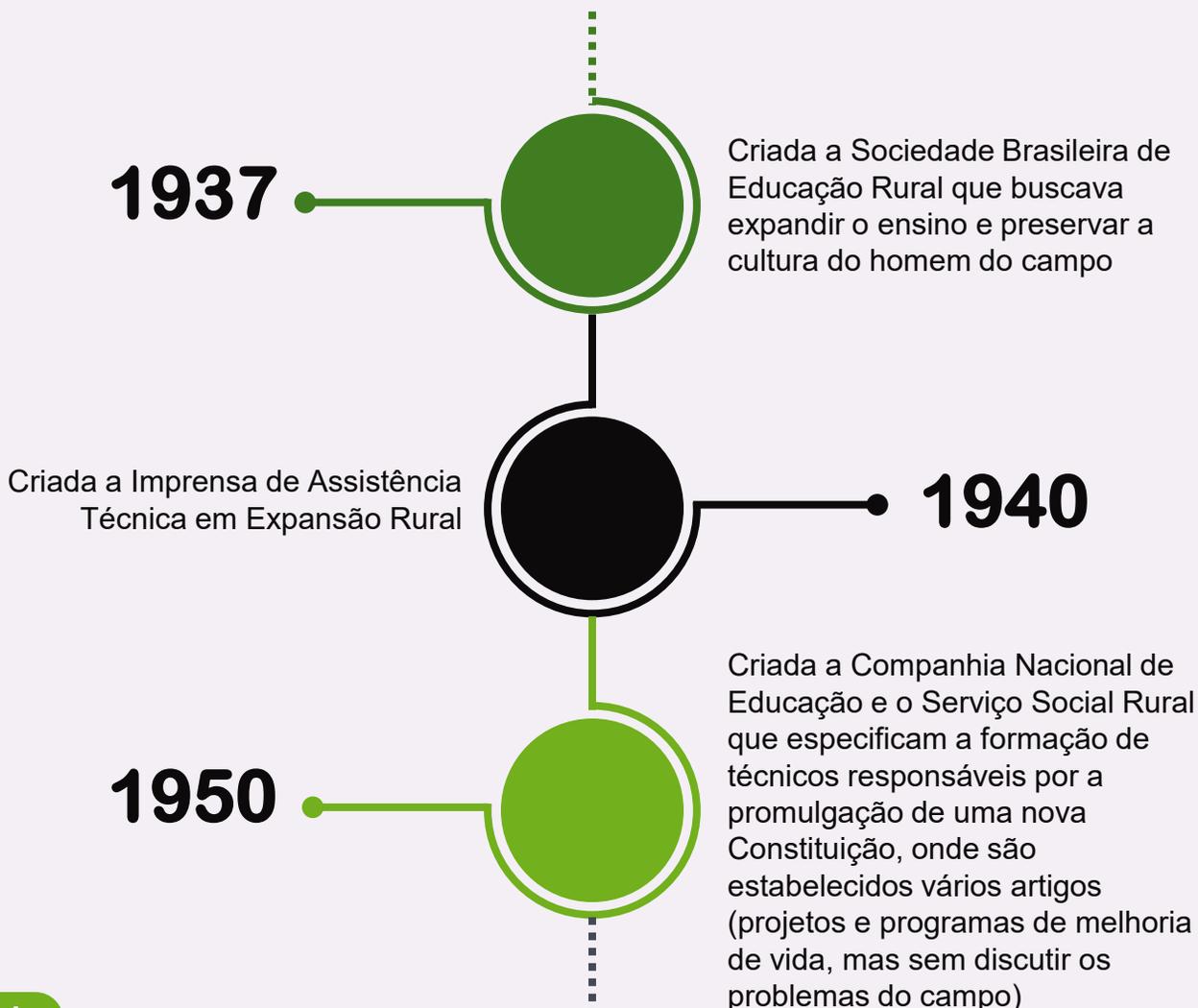


A Educação do Campo vem reafirmar uma concepção de educação numa perspectiva emancipatória



ESTRATÉGIAS PARA Implantação da Educação do Campo

Num breve retrospecto na história vê-se que foram usadas diversas estratégias voltadas para o campo:





1961

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61) traz a educação rural como responsabilidade dos municípios

Com a LDB 5692/71, houve um momento de estagnação da educação rural. Esta Lei trouxe discussões sobre o ensino médio para a sociedade em geral, mas nada para a educação rural

1971

1988

O cenário começa a mudar com a promulgação de uma nova Constituição (Art. 23, 26 e 28), orientando para atender à realidade dos povos campestres, levando em conta seu contexto, sua cultura, seu espaço, seu modo de viver com políticas públicas educacionais que continuavam muito precárias

São efetivados os primeiros debates e movimentos para pensar a educação pública, a partir das realidades do campo

1990

2002

Uma das conquistas na consolidação da Educação do Campo é a instituição do Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (Programa que tem como objetivo “promover o acesso à educação formal, em todos os níveis, aos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária” (RIBEIRO, 2010, p. 189), é voltado para a formação docente)

Foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para a educação do campo, consideradas eixos de orientações essenciais para a garantia de avanços na Educação do Campo e para a promoção do fortalecimento da identidade dos sujeitos e dos educadores do campo

2010

Importante, também, ressaltar a Resolução SEE nº 2820/2015 que instituiu as Diretrizes da Educação do Campo no Estado de Minas Gerais, e traz em seu texto o entendimento do que compõe a Educação do Campo e sobre os sujeitos que a caracterizam

2015

Hoje, a lei que vigora é a LDB 9394/96 que reconhece “a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural”

2023

Logo, a luta pela Educação do Campo não é atual. Ela já acontece há muito tempo, especialmente pelos movimentos sociais que tomam a frente desta busca incansável. Embora as primeiras discussões sobre a educação do campo tenham ocorrido em 1996, somente em 2008 ela foi constituída como política pública. Este fato demonstra que o Brasil ainda tem muito que caminhar para efetivar uma verdadeira concepção de educação do campo.



A EEPJEG: Escola do Campo?

A Educação do Campo na EEPJEG é consideravelmente nova. Isso se deve ao fato de que, somente em 11 de dezembro de 2015, foi publicada a Resolução SEE N° 2820 que instituiu as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais.

Em 2016, com mais de 60% dos estudantes residentes no campo, esta instituição passa a ser designada como Escola do Campo. Em determinado momento, ela sofre uma pressão (Moscovici, 2011) uma vez que ser do campo significa trabalhar com princípios e concepções do campo. Nesse sentido, percebe-se que a EEPJEG se encontra em processo de inclusão como uma escola de campo. Nas últimas décadas, ocorreram várias modificações em sua própria identidade, tendo por consequência tensionamentos e reorganizações no cotidiano da escola.

As tensões ocorreram quando a EEPJEG teve que atender às demandas externas da SEE/SRE com relação à implantação de políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, uma vez que foi preciso reestruturar a organização pedagógica do trabalho docente que era voltado, quase que exclusivamente, para os estudantes urbanos. Então, o tensionamento está na chegada do “novo” na escola, na alteração do foco de trabalho.

**Em 2016, com mais
De 60% dos estudantes
residentes no campo,
passou a ser designada
como Escola do Campo**



DE ONDE VEM

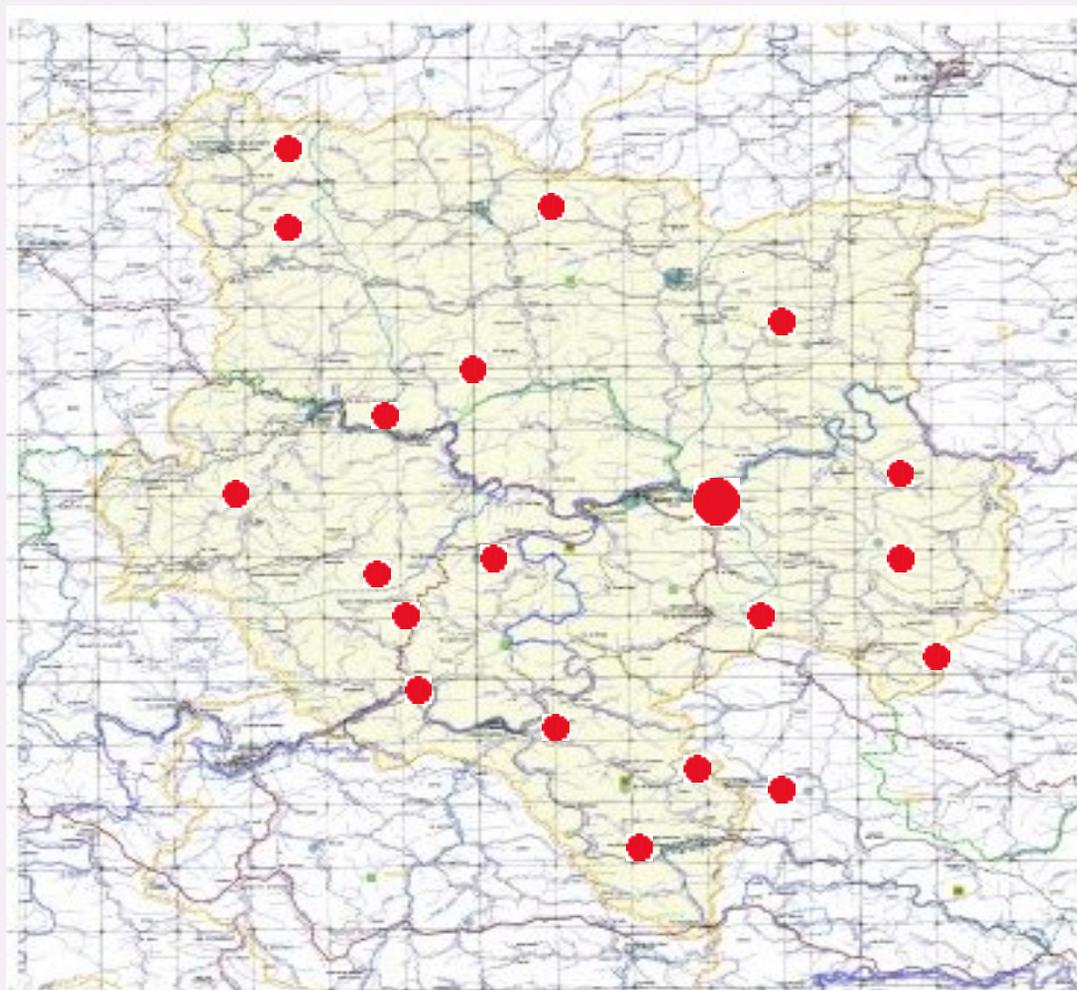
Os estudantes atendidos pela EEPJEG?

Territorialmente, o município de Barra Longa é muito extenso; estende-se por 383,6 km², de acordo com dados da Prefeitura Municipal. É formado pela sede, por 20 comunidades e 12 pequenos povoados, localizados na zona rural do município, sendo que na maioria deles vivem os estudantes atendidos na EEPJEG.

Esses alunos, em sua maioria, são filhos de homens e mulheres que trabalham na terra, que vivem do/no campo. São jovens que começam a auxiliar os pais, ainda muito cedo, na prática da agricultura de subsistência, no plantio e cuidado com a lavoura, com a criação de animais e outras atividades próprias do meio rural. Mas também são jovens que buscam melhores condições de vida, que têm sonhos e que encontram nos estudos uma oportunidade para suas realizações.



Localização das comunidades rurais no município de Barra Longa



Legenda: ● Comunidades rurais ● Sede do Município

Fonte: Foto do mapa do IBGE (2007), cedida pelo Sindicato Rural de Barra Longa, com adaptações da autora (2023)

De acordo com registros encontrados na EEPJEG, os estudantes vindos do campo sempre estiveram presentes nesta instituição, desde os anos 1960, porém em menor quantidade. Isso porque, nos anos 1960 e 1970, a escola atendia, basicamente, aos estudantes urbanos.

Na década de 1980, começou a receber um pequeno número de estudantes que residiam nas zonas rurais do município. Com isso, transformou-se em escola nucleada com atendimento aos dois públicos de estudantes: urbanos e campestinos. Nucleada porque era a única escola do município a oferecer a segunda fase do ensino fundamental e o ensino médio aos estudantes vindos das várias comunidades que formam o município.

Nesse período, poucos estudantes, residentes na zona rural, frequentavam a escola; somente aqueles cujos pais tinham condições de alugar uma moradia, ou em que a comunidade rural não era muito distante e conseguiam vir a pé ou utilizando algum meio de locomoção como cavalos, bicicletas e charretes tinham acesso à escolarização. Vê-se que nem todos os estudantes do campo do município de Barra Longa tiveram a oportunidade de frequentarem a escola.

No início dos anos 90, com os movimentos da educação, o município iniciou a oferta de transporte escolar, porém como havia recebido do governo estadual apenas um único ônibus escolar, somente os estudantes da comunidade, chamada Bonsucesso, tiveram a oportunidade de darem prosseguimento aos estudos. É interessante ressaltar que, naquela época, havia, em cada comunidade do município, uma unidade escolar municipal que ofertava os primeiros anos de escolarização aos seus habitantes, o que hoje já não faz parte da realidade das comunidades. Essas e outras estatísticas oficiais confirmam a necessidade de se implementar políticas públicas educacionais que atendam, de fato, os moradores do campo e garantam seus direitos à educação.

Nos anos seguintes, em Barra Longa, o quantitativo de ônibus escolares foi ampliado e outras comunidades começaram a trazer para a EEPEG os jovens campesinos. Com isso, a demanda de estudantes do campo aumentou significativamente até que, em 2016, com mais de 60% do público atendido por essa instituição ser das comunidades rurais, a escola foi intitulada como Escola do Campo.



Nos dias atuais, ainda prevalece esse quantitativo com a maioria dos estudantes vindos das comunidades rurais, como demonstrado no quadro abaixo.

ATENDIMENTO REALIZADO PELO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL DE BARRA LONGA

Comunidades	Nº de estudantes	Pequenos povoados	Nº de estudantes	Quantitativo de atendimentos na EEPJEG
Pimenta	16	Água Fria	01	17
Bonfim	08	Córrego dos Pilões	01	09
Covanca	06	Caiana	03	09
São Gonçalo	05	Corvinas	01	06
Dobla	31	Bananal	03	34
Taboões	09	Rocinha	02	11
Gesteira	09	Capela Velha	08	17
Bonito	10	Floresta	02	12
Fragoso	05	Matipó	13	18
Pouso Alto	21	Buieie	03	24
Felipe dos Santos	18	Paiol do Cunha	05	23
Caqui	09	Córrego das Quintas	05	14
Cunha	11	-----	---	11
Bonsucesso	26	-----	---	26

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com dados coletados para a pesquisa (2023)

A quantidade significativa de alunos vindos da zona rural pode ser explicada por as comunidades rurais do município não possuírem escolas nos níveis de formação oferecida pela EEPJEG. Em todas as comunidades rurais, os estudantes realizam a primeira etapa do Ensino Fundamental nas escolas municipais, localizadas próximas às suas residências.

Além das comunidades e povoados citados, ainda fazem parte do município Lages, Barro Branco, Crasto, Engenho Fernandes, Engenho Silveira e Barreto. Comunidades estas que, no momento da pesquisa, não possuem alunos atendidos pela EEPJEG, o que se pode comprovar no mapa de transporte escolar abaixo.

MAPA DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA

ROTA	TURN O	KM/DIA	EMBARQUE E DESEMBARQUE
Comunidade de Gesteira passando pelo Bonito – Centro Barra Longa	Manhã	50 km	IDA: Início do embarque: às 6:00 hs na Comunidade do Gesteira; 6:25 na Comunidade do Bonito; desembarque às 6:55 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 11:25 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade do Bonito às 11:55 e na Comunidade do Gesteira às 12:20
Comunidades do Dobra e do Taboões – Centro Barra Longa	Manhã	72 km	IDA: Início do embarque: às 5:00 hs na Comunidade do Dobra; 5:30 na Comunidade do Taboões; desembarque às 6:50 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 11:25 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade do Taboões às 12:45 e na Comunidade do Dobra às 13:15
Comunidades da Rocinha passando pela Capela Velha – Centro Barra Longa	Manhã	72 km	IDA: Início do embarque: às 5:45 hs na Comunidade da Rocinha; 6:35 na Comunidade da Capela Velha; desembarque às 6:50 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 11:25 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade da Capela Velha às 11:40 e na Comunidade da Rocinha às 12:30



MAPA DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA

ROTA	TURN O	KM/DIA	EMBARQUE E DESEMBARQUE
Comunidades do Pimenta, Bonfim da Barra e Covanca – Centro Barra Longa	Manhã	58 km	IDA: Início do embarque: às 5:30 hs na Comunidade do Pimenta; 6:20 na Comunidade do Bonfim; 6:30 na Comunidade da Covanca; desembarque às 6:55 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 11:25 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade da Covanca às 12:00; na Comunidade do Bonfim às 12:15 e na Comunidade do Pimenta às 12:45
Comunidades da Caiana e do Bananal – Centro Barra Longa	Manhã	28 km	IDA: Início do embarque: às 5:50 hs na Comunidade da Caiana; 6:20 na Comunidade do Bananal; desembarque às 6:50 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 11:25 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade do Bananal às 11:55 e na Comunidade da Caiana às 12:45
Comunidades do Matipó e do Felipe dos Santos – Centro Barra Longa	Manhã	54 km	IDA: Início do embarque: às 5:45 hs na Comunidade do Matipó; 6:00 na Comunidade do Felipe dos Santos; desembarque às 6:50 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 11:25 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade do Felipe dos Santos às 12:15 e na Comunidade do Matipó às 12:45
Comunidades do Fragoso e do Pouso Alto – Centro Barra Longa	Manhã	80 km	IDA: Início do embarque: às 5:45 hs na Comunidade do Fragoso; 6:25 na Comunidade do Pouso Alto; desembarque às 6:50 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 11:25 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade do Pouso Alto às 11:50 e na Comunidade do Fragoso às 12:40



MAPA DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA

ROTA	TURN O	KM/DIA	EMBARQUE E DESEMBARQUE
Comunidades do Cunha, Alto Bonsucesso e Bonsucesso – Centro Barra Longa	Manhã	64 km	IDA: Início do embarque: às 5:30 hs na Comunidade do Cunha; 6:15 na Comunidade do Alto Bonsucesso; 6:35 na Comunidade do Bonsucesso; desembarque às 6:55 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 11:25 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade do Bonsucesso às 11:45; na Comunidade do Alto do Bonsucesso às 12:05 e na Comunidade do Cunha às 12:50
Comunidades do Alto Bonsucesso e Bonsucesso – Centro Barra Longa	Tarde	42 km	IDA: Início do embarque: às 11:25 hs na Comunidade do Alto Bonsucesso; 11:45 na Comunidade do Bonsucesso; desembarque às 12:05 na E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves RETORNO: Às 16:55 da E.E. Pe. José Epifânio Gonçalves; desembarque na Comunidade do Bonsucesso às 17:15 e na Comunidade do Alto do Bonsucesso às 17:35

Fonte: Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Barra Longa e organizados pela autora (2023)





Os dados expostos acima mostram as distâncias, os percursos longos que os estudantes fazem para chegar à escola. As distâncias entre as comunidades e a sede, onde está localizada a EEPJEG, são consideravelmente elevadas e, por isto, necessitam do transporte escolar que, para a maior parte dos estudantes, é a única conexão entre suas residências e a escola. Observa-se que tanto o tempo quanto a distância variam de estudante para estudante, conforme cada localidade.

Diante dos dados apresentados, calcula-se que o tempo médio do transporte utilizado pelos alunos para virem e retornarem da escola é, aproximadamente, 06:45 min., o que nos aponta algumas dificuldades enfrentadas pelos alunos do campo em relação à escolarização: o desconforto e o cansaço por passar muito tempo se locomovendo, a alimentação escolar que, às vezes, não considera as longas jornadas dos camponeses. Além disso, essas grandes distâncias também podem impactar no convívio familiar dos estudantes, uma vez que muitos saem muito cedo de casa e retornam somente à tarde, passando grandes períodos longe de seus familiares. Esse fato pode prejudicar o acesso e a permanência destes estudantes no ambiente escolar.

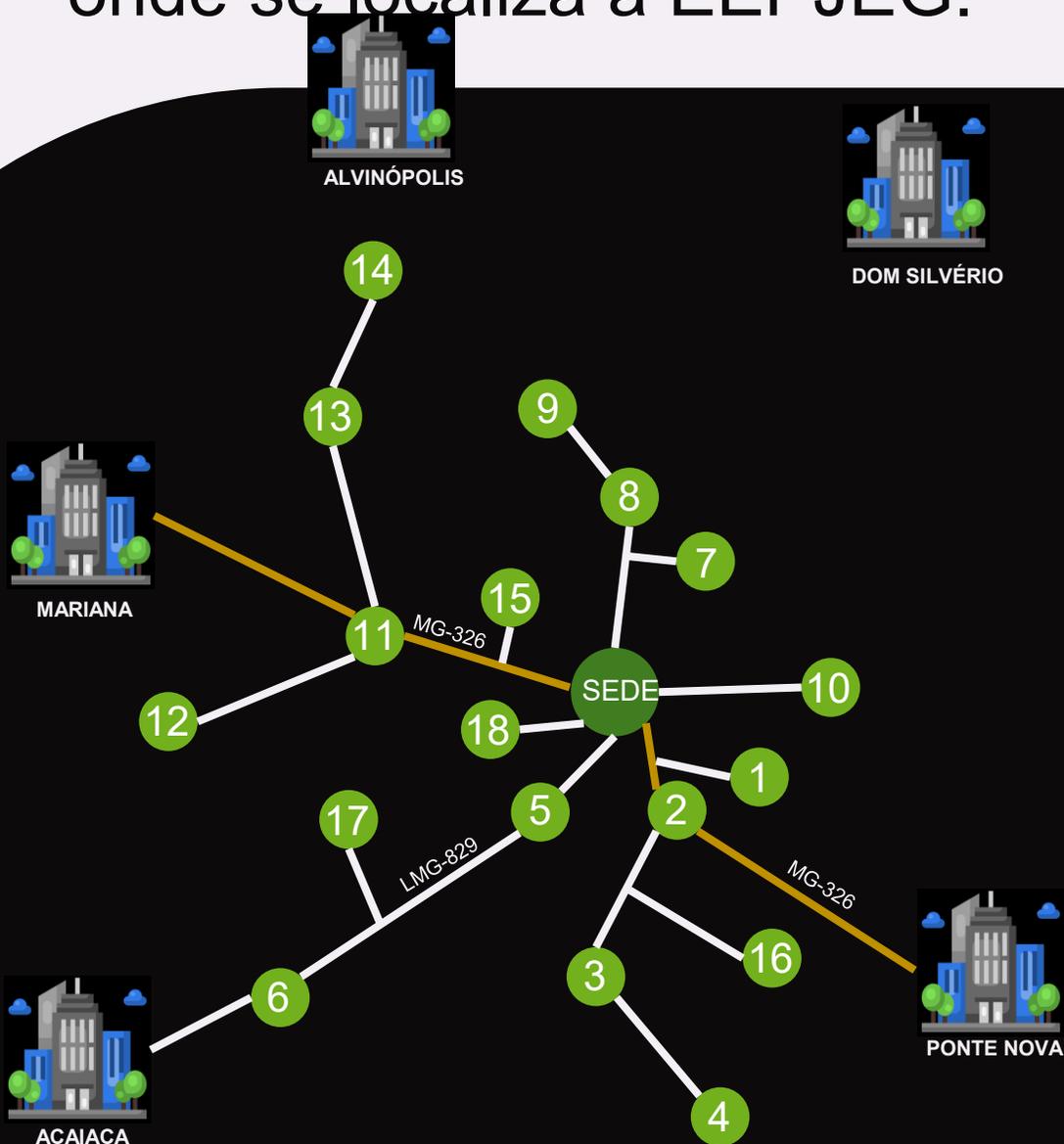
Tempo médio de transporte utilizado pelos estudantes

é de aproximadamente

06:45 min

Com relação ao transporte escolar, Carvalho (2022) diz que “Garantir esse direito desafia a escola a ir além dos seus espaços edificados para chegar até o mais distante de seus estudantes e garantir-lhe o direito de acesso e permanência em uma escola pública. O transporte, que é um direito, é também um desafio que a escola enfrenta, seja pela extensão territorial de Barra Longa/MG, seja pelo número de comunidades rurais atendidas pela escola.” (CARVALHO, 2022, p. 21)

No esquema abaixo, é apresentado os percursos rurais para chegar à sede do município, onde se localiza a EEPJEG.



Fonte:
Baseado na
foto cedida
pelo
Sindicato
Rural de
Barra Longa,
com
adaptações
da autora
(2023).

LEGENDA: DISTÂNCIAS DAS PRINCIPAIS COMUNIDADES EM RELAÇÃO À SEDE

1	COMUNIDADE DE CAQUI	05,7 KM
2	COMUNIDADE DE BONSUCESSO	05,8 KM
3	COMUNIDADE DE FELIPE DOS SANTOS	14,4 KM
4	COMUNIDADE DE BARRO BRANCO (VIA ACAIACA)	42,4 KM
5	COMUNIDADE DE POUSO ALTO	09,6 KM
6	COMUNIDADE DE CRASTO	12,3 KM
7	COMUNIDADE DE COVANCA	11,4 KM
8	COMUNIDADE DE BONFIM	09,9 KM
9	COMUNIDADE DE PIMENTA	16,6 KM
10	COMUNIDADE DE SÃO GONÇALO	06,0 KM
11	COMUNIDADE DE GESTEIRA	14,8 KM
12	COMUNIDADE DE BARRETO	21,9 KM
13	COMUNIDADE DE TABOÕES	20,2 KM
14	COMUNIDADE DE DOBLA	26,0 KM
15	COMUNIDADE DE BONITO	13,5 KM
16	COMUNIDADE DE CUNHA	14,5 KM
17	COMUNIDADE DE FRAGOSO	14,4 KM
18	COMUNIDADE DE ROCINHA	15,4 KM

— RODOVIA MG – 326 (TERRA)

— RODOVIA LMG – 829 (ASFALTO)



O mapa apresentado anteriormente vem mostrar os trajetos percorridos pelos estudantes para estudar na EEPJEG. Apesar desses consideráveis deslocamentos, a procura por escolarização mostra a importância que essa instituição de ensino tem para a população do município de Barra Longa. Sobre isso Antunes-Rocha diz que “A EEPJEG, por ser a escola que atende todos os alunos de Barra Longa, desempenha um papel importante no cotidiano e na história do município. [...]. Por ser uma cidade pequena, a escola se apresenta em estreita comunicação com a comunidade da sede e, de certa maneira, em boa comunicação com os distritos e localidades rurais, visto que a maior parte da população do município vive fora da sede, mas estuda na EEPJEG.” (ANTUNES-ROCHA et al., 2020, p. 39)

Nesse contexto, vê-se que o público campesino atendido pela EEPJEG vem de muitas comunidades rurais, cada uma com suas particularidades, suas culturas e modos de vidas diferenciados.

REPRESENTAÇÕES DOS Professores sobre os estudantes campesinos

As Representações Sociais são formas de pensar e sentir que orientam as práticas. E as práticas, por sua vez, orientam formas de pensar e sentir. Por este motivo, nos estudos das Representações Sociais, pergunta-se muito sobre o que a pessoa faz. Isso porque, às vezes, falar sobre o que se pensa é abstrato. E quando se fala



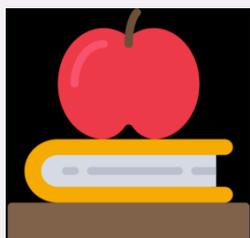
sobre o que se faz, está-se dizendo, exatamente, o que se pensa e como se sente.

Antunes-Rocha (2012) apresenta a Representação Social como um conhecimento gerado no cotidiano entre as pessoas e suas relações, mediadas pela mídia, saberes religiosos, científicos e a experiência, e que se apresenta como lógico e criativo visando tornar familiar o que nos é estranho (Siqueira, 2020, p. 23).



De acordo com Jodelet (2001, apud Siqueira, 2020) a Representação Social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada; ela permite a compreensão do processo representativo de um sujeito sobre algum objeto.

Logo, entende-se que a Representação Social permite ao sujeito interpretar o mundo, facilita a comunicação, orienta as ações e comportamentos e, nesse sentido, tem-se a ideia de que a prática escolar não está imune a um conhecimento resultante da interpretação, da comunicação entre os sujeitos. É nesse contexto que se concebe que a identificação das representações que permeiam a realidade educacional possa contribuir com a análise dessa realidade, uma vez que, “o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar” (Moscovici, 2010, p. 23). Isso significa que o indivíduo





precisa conhecer o objeto ou sujeito para representá-lo.

Diante do exposto, entende-se que a perspectiva das Representações Sociais em Movimento vem indicar as possibilidades de mudanças na forma de pensar, sentir e agir dos sujeitos, quando estes lidam com situações novas em suas vidas.

Dessa forma, as narrativas dos professores da EEPJEG apresentaram seus modos de pensar, sentir e agir em relação aos estudantes camponeses; mostraram a atual realidade dessa instituição que precisa ser alterada no sentido de conhecer os contextos dos estudantes e promover o protagonismo desses sujeitos. Reconheceram a importância de os professores se compreenderem como formadores de sujeitos de direitos, incluindo seus saberes, viveres, cultura e tradições em suas práticas pedagógicas.

Pelos dados levantados na pesquisa, os professores vêm de formações tradicionais, nas quais as questões voltadas para o campo não eram abordadas. Com os tensionamentos vivenciados por sua comunidade escolar, a EEPJEG passou a ser “obrigada” a vivenciar a chegada de novas situações, gerando mudanças na forma de trabalhar com o novo, dando visibilidade aos alunos do campo, pois, mesmo com sua presença na escola, suas particularidades não recebiam atenção.

Nos depoimentos foi possível constatar que os desafios em relação ao trabalho significativo, que aborda os contextos do campo, a realidade dos estudantes e as possibilidades do meio rural, aumentaram depois do reconhecimento da EEPJEG como Escola



do Campo. Segundo os participantes da pesquisa, a maioria nunca teve contato com o tema Educação do Campo, o que se concretizou somente a partir desse reconhecimento. Outro desafio apresentado pelos entrevistados foi a distância entre as comunidades rurais e a sede do município onde se localiza a escola. Aí encontra-se a necessidade de a escola desenvolver ações que favoreçam o “adentramento” e o verdadeiro pertencimento dos estudantes na escola.

Nesse sentido, a pesquisa provocou esses professores a refletirem sobre suas práticas e apresentarem suas Representações Sociais a respeito dos alunos vindos da Zona Rural e, na busca por compreender como os professores movimentam seus pensamentos, sentimentos e ações, encontrou-se amparo nos estudos das Representações Sociais em Movimento (RSM) com a perspectiva de entender os desafios e as possibilidades em o professor rever suas próprias representações sobre os estudantes vindos do campo.

Assim, ao analisar as narrativas, à luz das RSM, nota-se nos professores a construção de movimentos de suas representações: alguns permanecem com suas representações, negando o presente; outros tendem a mudar suas representações e saberes já



constituídos a respeito do objeto de estudos (Antunes-Rocha, et al., 2021). Para a citada autora, é necessário entender os movimentos geradores de representações do sujeito sobre o objeto. Ela diz que compreender esses movimentos significa estar em acordo com o que é proposto por Moscovici (2010) em sua TRS que aponta o sujeito, ao ser pressionado, tem que se posicionar diante de uma determinada situação (Antunes-Rocha, 2021).

Foi possível observar, nas análises das narrativas dos professores, a presença de seus movimentos que, em alguns momentos, mantiveram-se negando o presente.

“a participação desses alunos do campo aqui na escola, ela tem crescido, tem crescido bastante”.

Entretanto, em outros momentos, o mesmo entrevistado apresenta alteração no seu modo de pensar sobre a mesma questão.

“mas a gente não faz um trabalho, assim, diferenciado pro aluno do campo pra que ele se sinta motivado a vim à aula, pra que ele se sinta à vontade, pra que ele sinta cativado aqui na escola”.



Assim, é possível afirmar que os professores têm suas representações alteradas quando se trata da participação dos estudantes do campo na escola.

Nas narrativas dos professores encontrou-se a presença de movimentos que mostram tentativa de mudar suas formas de pensar, sentir e agir em relação aos estudantes do campo.

“Então quando você não conhece uma coisa fica mais difícil de você lidar, de você entender. De você trabalhar. Acho que o, um ponto que poderia ser levado em conta seria basicamente primeiro, né? A formação do docente que faria grande diferença aqui na nossa realidade como principal ponto a ser revisto”.

Ao analisar a ocorrência, ou não, dos movimentos citados por Antunes-Rocha (2018) e, em resposta às possibilidades apresentadas na pesquisa, em alguns momentos, percebeu-se que os professores, a princípio, tentaram manter, em suas falas, as RS que já possuíam com relação aos alunos que moram no campo e estudam numa escola urbana.

Porém, na medida que aconteceram os diálogos, as trocas de conhecimentos entre pesquisadora e entrevistados, houve momentos de “desequilíbrio” em suas representações, pois, em contato com o “novo”, os professores reelaboraram suas representações, construindo novos posicionamentos, novas formas de pensar, de sentir e de agir sobre os estudantes campesinos (Antunes-Rocha *et al*, 2021).

“Até muito pouco tempo, a minha relação com os alunos, né? Do campo, ela era exatamente a mesma relação que eu tenho com os alunos que residem no centro da cidade, até que eu comecei a entender um pouquinho, as especificidades, né? As necessidades que esses alunos têm de ter a sua cultura valorizada”.

Assim, é possível afirmar que os professores tiveram suas representações alteradas e confirmar a prevalência do movimento “iniciar um processo de reelaboração do familiar, integrando o novo progressivamente” (Antunes-Rocha et al., 2021), mesmo encontrando indícios de outros movimentos.

Diante do exposto, para que haja “o processo de reelaboração do familiar” (Antunes-Rocha et al, 2021), a discussão sobre a Educação do Campo poderá ser incorporada aos trabalhos escolares, no currículo da escola e na prática pedagógica, uma vez que os professores apontam, como necessidade da escola. Nesse aspecto, a ação de promover formação aos professores com vistas a conhecerem os alunos e seus contextos e, assim, inserirem em suas práticas ações de valorização, que trabalhem com e para o público campesino, em conformidade com suas realidades, foi sugerida como um caminho, mesmo porque esse tema não fez parte da formação de nenhum dos entrevistados.



Dessa forma, a pesquisa veio indicar que o tema Educação do Campo começa a despontar como preocupação dos professores em promover uma prática pedagógica integrada aos princípios da Educação do Campo, que são o protagonismo dos sujeitos, a escola de direitos e a escola integrada ao projeto de campo e de sociedade. Veio mostrar, ainda, que algumas ações já têm sido realizadas, mas que é preciso fazer com que elas sejam articuladas de maneira que todos os profissionais da escola insiram o assunto em suas atividades para que as comunidades sejam conhecidas e divulgadas.



As narrativas sugerem também que os professores são os principais agentes de divulgação e transformação dentro da escola, o que permitiu observar que a EEPJEG se deparou com situações novas e, até então, estranhas. Dessa forma, “teve dificuldade em dialogar de maneira pedagógica com esses temas” e se relacionou com eles “numa perspectiva não problematizadora”. Assim, vê-se a importância desses profissionais que, ao aprofundarem seus conhecimentos sobre a temática da Educação do Campo, veem a necessidade de transformar suas práticas pedagógicas num eixo articulador dos saberes dos estudantes com saberes escolares.

Ao finalizar estas considerações, e sem tentar esgotar as possibilidades de entendimento da inserção da Educação do Campo na EEPJEG, considera-se este estudo como contribuição de um começo para novas discussões sobre as formas de pensar, sentir e agir que os professores desta instituição têm sobre os alunos que vivem no campo. Assim, esta pesquisa apresenta-se como um aporte para os formadores dos professores, não apenas da escola estudada, mas de outras escolas do campo e da cidades. Ainda, que sirva de provocação para futuras formações, nas quais os professores tenham a oportunidade de perceberem as suas formas de pensar, sentir e agir em relação aos alunos camponeses.



Olá pessoal, chegamos
ao fim da leitura. Desejo
que os apontamentos
trazidos nesta cartilha
sejam uma sementinha
que venha a florescer na
EEPJEG.

**Juntos, podemos construir a
nossa Escola do Campo!**



REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ANTUNES-ROCHA, M. I. *et al.* **Impactos do rompimento da barragem do Fundão na identidade das escolas do campo: um estudo na perspectiva das representações sociais.** Relatório da pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais. Edital 04/2016 – Tecnologias para a recuperação da Bacia do Rio Doce - Linha Tecnologias Sociais. Belo Horizonte: UFMG, 2020. N/Publicado.

ANTUNES–ROCHA, Maria Isabel. **Representações Sociais em movimento: desafios e possibilidades na elaboração de um conceito.** In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIBEIRO, L. P. (orgs.) *Representações sociais em movimento: pesquisas em contextos educativos geradores de mudança.* Curitiba: Appris, 2018. p. 15-35.

ANTUNES–ROCHA, M. I.; RIBEIRO, L. P.; AMORIM-SILVA, K. de O. **Representações Sociais em Movimento: construindo uma categoria analítica com base em pesquisas sobre formação e prática de educadores.** In: NASCIMENTO, A. R. A. do; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; ANTUNES-ROCHA, M. I.(orgs). *Representações Sociais: campos, vertentes e fronteiras.* Belo Horizonte: UFMG, 2021.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.) **Por Uma Educação do Campo.** 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo.** Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 23 de dez. De 1996.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo.** In: CALDART, R. S. et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo.* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre a Educação do Campo.** In: SANTOS, C, A (org). *...*

CARVALHO, Cilésia Maria de Oliveira. **O SILENCIAMENTO PEDAGÓGICO DIANTE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO: uma análise a partir da Escola Estadual “Padre José Epifânio Gonçalves”**. Dissertação (Mestrado em Educação: Educação do Campo), Belo Horizonte, 2022.

DINIZ-MENEZES, L. S. **Representações sociais sobre a educação do campo construídas por educandos do curso de licenciatura em educação do campo**. Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. (Dissertação).

EDUCAPES. **Passo a passo para elaboração de cartilhas – EduCAPES**. Material disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/704485/2/Como%20fazer%20uma%20cartilha%20%281%29.pdf>. Acesso em 26 jun. 2023.

FERNANDES, B.M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo”: Texto Preparatório**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. Por uma Educação do Campo. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. Cap. 01, p. 19-65.

FREITAS-JUSTINO, Érica Fernanda. **Movimento das representações sociais sobre campo de professores que atuam na Educação por Alternância no Peru e no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

GIORDANI, A. T.; PIRES, P. A. B. F. **Normas editoriais, orientação aos autores: cartilhas**. Editora UENP, 2020.

MOSCOVICI, Serge. **As Representações sociais**. In: MOSCOVICI, S. **Representação Social: investigação em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 61.

RIBEIRO, Luiz Paulo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (org.). **Representações Sociais em Movimento: Pesquisas em contextos educativos geradores de mudança**. Curitiba: Appris, 2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Resolução SEE nº 2.820, de 11 de dezembro de 2015**. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/2820-15-r.pdf>. Acesso 22 jun. 2022.

SIQUEIRA, Leonardo de Miranda. **As representações sociais dos educadores dos Centros Familiares de Formação em Alternância sobre agroecologia**. 2020. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Todas as imagens não referenciadas e utilizadas para a criação desta cartilha foram geradas por Inteligência Artificial, através do Bing com o ChatGPT-4.

Os ícones foram baixados do FlatIcon.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

Ângela Maria de Souza Luz

Belo Horizonte, agosto de 2023